



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 018/89

Data: 23 de junho de 1989

Súmula: Aprova os Convênios celebrados em 12.10.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Arapongas, Colorado, Mandaguari e Marialva, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Município. (Mensagem do Poder Executivo n. 22/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios, celebrados em 12 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Arapongas, Colorado, Mandaguari e Marialva, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.06.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 019/89

Data: 23 de junho de 1989

Súmula: Aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios de Cascavel e Francisco Beltrão, nas datas e com os objetivos que especifica. E, também, cópia autêntica do Convênio celebrado em 10.08.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a implantação do ensino profissionalizante no Colégio Miniguau,

mantido por esta Instituição de Ensino Superior.

(Mensagem do Poder Executivo nº 19/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, com as partes, nas datas e objetivos seguintes:

Cascavel - 05/09/88 - implementação do projeto "Pró-Criança";

Francisco Beltrão - 29/09/88 - melhoria da qualidade de ensino e complementação do orçamento de vencimento do pessoal da rede municipal de Francisco Beltrão.

Aprova, também, o Convênio celebrado em 10.08.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a implantação do ensino profissionalizante no Colégio Miniguau, mantido por esta Instituição de Ensino Superior.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.07.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 020/89

Data: 23 de junho de 1989.

Súmula: Aprova os Convênios celebrados entre Estado do Paraná através da Secretaria da Fazenda e o Departamento de Construção, de Obras e Manutenção e os Municípios e datas que especifica, objetivando a construção de prédios para agências de renda nos referidos Municípios. (Mensagem do Poder Executivo n. 16/89).

A Assêmléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Construção, de

RESOLUÇÃO N° 022/89

Obras e Manutenção e os Municípios de Bituruna, Cafelândia, Dois Vizinhos, Grandes Rios e Japurá, em 09.08.88; Nossa Senhora das Graças, em 10.08.88; Sangés, em 18.08.88; Santa Terezinha do Itaipu, em 18.08.88; São Mateus do Sul, em 19.09.88; São Miguel do Iguaçu, em 19.09.88; Ortigueira, em 18.10.88; Mangueirinha, em 12.10.88 e Sertãozinho, em 12.10.88, objetivando a construção de prédios para as agências de rendas dos referidos Municípios.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro" em 23.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO N° 021/89

DATA: 23 de junho de 1989.

SÚMULA: Aprova Convênios de Auxílio Financeiro celebrados em 08/08/88, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Assuntos Fundiários e os Municípios que especificam, objetivando aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino no atendimento às crianças de idade escolar, nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. (Mensagem do Poder Executivo n° 017/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios de Auxílio Financeiro celebrados em 08 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Assuntos Fundiários e, respectivamente, os municípios de Arapoti, Bocaiuva do Sul, Cantagalo, Cascavel, Castro, Chopinzinho, Clevelândia, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Londrina, Mangueirinha, Marmeleiro, Medianeira, Nova Cantu, Ortigueira, Palmas, Pinhão, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Renascença, Reserva, Roncador, São Miguel do Iguaçu, Teixeira Soares, Tibagi, Toledo, Turvo e Wenceslau Braz, objetivando aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino, no atendimento às crianças de idade escolar, nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.06.89

Anibal Khury

DATA: 23 de junho de 1989.

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e a sua vinculada SUCEAM, e Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

(Mensagem do Poder Executivo n° 15/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 28 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Alto Paraná, Alto Piquiri, Amaporã, Andirá, Apucarana, Arapongas, Araruna, Assaí, Astorga, Barbosa Ferraz, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Borrazópolis, Cafeara, Cafelândia, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Cidade Gaúcha, Colorado, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Corbélia, Cornélio Procópio, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Floreal, Flórida, Florestópolis, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Goioerê, Guaíra, Guairaçá, Guaporema, Guaraci, Guarapuava, Ibaiti, Ibiporã, Icaraíma, Inajá, Indianópolis, Iporã, Itaguajé, Itambé, Ivaiporã, Jaguapitã, Janiópolis, Japurá, Jardim Olinda, Jesuítas, Juranda, Jussara, Kaloré, Lapa, Leopólis, Loanda, Lobato, Mandaguá, Mandaguari, Marilândia do Sul, Mariluz, Maringá, Mirassol, Moreira Sales, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Aurora, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Ourizona, Paissandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Parana-poema, Paranaíba, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Primeiro de Maio, Querência do Norte, Rancho Alegre, Rio Bom, Roncador, Rondon, Sabáudia, Santa Amélia, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São José das Palmeiras, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Tupãssi, Umuarama, Uraí e Xambrê, objeti-

vando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.06.89

Anibal Khury
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 023/89

DATA: 23 de junho de 1989.

SOMULA : Aprova os Convênios celebrados em 11/11/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.
(Mensagem do Poder Executivo nº 14/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 11 de novembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Amaporã, Apucarana, Arapongas, Araruna, Atalaia, Barbosa Ferraz, Bela Vista do Paraíso, Boa Esperança, Cambira, Campo Mourão, Centenário do Sul, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Francisco Alves, Guairaça, Guaporema, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Itaguajé, Itambé, Itaúna do Sul, Jaguapitã, Japurá, Lobato, Mamboré, Mandaguçu, Marilena, Mariluz, Mirador, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paçandu, Palotina, Paraíso do Norte, Planaltina do Paraná, Pérola, Porto Rico, Querência do Norte, Rondon, Santa Fé, Santa Inês, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Boa, Terra Rica, Ubatã, Umuarama, Uraí e Xambrê, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.06.89

Anibal Khury
PRESIDENTE

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1.989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

As quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furlatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (52). Achar-se em licença os Senhores Deputados: Hermas Brandão e José Felinto (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 54/89

Curitiba, 19 de maio de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre normas básicas pertinentes à prestação de serviços públicos de transporte co-

letivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná.

O plano de lei submetido a essa augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que, em perfeita sintonia com os mandamentos contidos no art. 175, da Magna Carta promulgada em 5 de outubro de 1988, virá ensejar condições no sentido da atualização e consolidação dos instrumentos legais sobre a matéria ora versada.

A principal meta do meu Governo é o bem-estar da gente paranaense, com prioridade para atendimento às necessidades básicas dos menos favorecidos, e, assim, tendo constantemente procurada a melhoria dos serviços de transportes coletivos intermunicipais de passageiros.

Por outro lado, a necessidade e oportunidade da proposição justifica-se pelo fato da atual legislação respaldadora da regulamentação vigente, ser bastante antiga (Lei n° 1052, de 20 de novembro de 1952) e atribuir ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER a competência para "conceder e fiscalizar, de acordo com a legislação respectiva, serviços de transporte coletivo de passageiros nas estradas estaduais, de acordo com a respectiva regulamentação". Essas atribuições o DER vem exercendo através do Departamento do Serviço de Transporte Comercial - DSTC, órgão de execução programática de sua estrutura (Decreto n° 2.435, de 08.02.88).

Ocorre que, desde 06 de maio de 1969, data da Lei n° 5.939, o Estado do Paraná conta para atuação em tal campo de atividade com a Secretaria de Estado dos Transportes, a cujo âmbito de competência definido pela Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987, figura "o controle e fiscalização dos custos operacionais do setor e a promoção das medidas visando à maximização dos investimentos do Estado nas diferentes modalidades de transporte; a perfeita articulação com entidades federais do setor; o controle e fiscalização da concessão de serviços, dos padrões de segurança e de qualidade no setor".

Assim sendo, o plano de lei em causa contém dispositivo expresso definindo critérios básicos para celebração de contratos de concessão para a execução de tais serviços, como prazo de duração, carência, cancelamento, extinção, preço individual de passagem, sanções, além de outros aspectos julgados convenientes.

Por outro lado, a transferência da atribuição prevista no art. 2°, letra "m" da lei n° 1.052/52 à Secretaria dos Transportes, muito contribuirá para o controle do sistema, porque o nível de atuação de Secretaria de Estado haverá maior eficiência e dinâmica.

Ademais, vale destacar que o Regulamento a ser baixado com base no art. 10 do anteprojeto, virá detalhar os aspectos e critérios estatísticos para abertura de novas linhas, assim como valoração dos componentes que devem ser levados em conta para fixação de tarifas, além de outros dados conjunturais que, para melhor qualidade dos serviços, convém observar.

Tendo em vista os elevados interesses públicos é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3° do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - A prestação de serviços públicos de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná será efetuada sob o regime de concessão, sempre precedida de licitação e mediante a celebração de contrato.

§ 1° - A execução dos serviços atenderá ao Plano de Transporte em vigor, a ser periodicamente revisado.

§ 2° - Na execução das linhas serão adotados os critérios quanto à operação por mais de uma empresa.

Art. 2° - O Poder Executivo, no interesse coletivo, é titular dos poderes de inspeção e fiscalização, bem como, de alteração de cláusulas concernentes ao funcionamento dos serviços.

Art. 3° - A licitação a que se refere o artigo primeiro desta Lei deverá ser efetivada até 180 (cento e oitenta) dias antes de expirado o prazo de vigência do contrato de concessão.

Art. 4° - A concessão para exploração dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é intransferível e dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, admitindo-se, a critério da Administração, uma única prorrogação por mais 6 (seis) meses.

§ 1° - A concessão é condicionada a um período de carência de 2 (dois) anos, computado no prazo global, durante o qual será observada a capacidade administrativa, técnica-operacional da concessionária e desempenho.

§ 2° - Comprovada a incapacidade administrativa e/ou técnica-operacional em processo regular, a concessão ficará resolvida, com perda de caução e sem direito à indenização de qualquer espécie.

Art. 5° - Pela prestação de serviço de

transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros a concessionária receberá dos usuários o preço individual da passagem, de acordo com a tarifa aprovada pela autoridade competente.

Art. 6º - Na composição do preço da passagem serão considerados os custos operacionais, a remuneração do investimento, a depreciação e outros componentes técnicos de aferição.

Art. 7º - Quando da ineficiência dos serviços ou inexecução do contrato de concessão serão aplicadas as sanções abaixo, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal:

I - multa;

II - advertência;

III - suspensão da execução do serviço;

IV - cassação da concessão;

V - declaração de idoneidade..

Art. 8º - Extinguir-se-á o contrato de concessão por:

I - expiração do prazo da fixação no ato da concessão;

II - rescisão judicial;

III - rescisão consensual;

IV - encampação ou resgate do serviço;

V - caducidade ou decadência;

VI - falência da concessionária.

Art. 9º - Não se caracterizam como serviços públicos de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná a que se reporta o art. 1º, desta Lei os serviços complementares vinculados à concessão vigente, os serviços de natureza eventual ou temporária, as regularizações de linhas municipais por força de desmembramento de municípios e as transformações de linhas ou serviços rodoviários em linhas ou serviços metropolitanos.

Art. 10 - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixará decreto regulamentando a presente lei.

Art. 11 - A atribuição prevista no art. 2º, letra "m", da Lei nº 1.052, de 20 de novembro de 1952, fica conferida à Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, com fundamento no disposto pelo art. 100, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para os Projetos de Resolução nºs. 32 e 35/89, constantes da Ordem do Dia da presente

Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.06.89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, com fundamento no art. 100 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 157/89, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.06.89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes na Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente contendo votos de congratulações ao MM. Juiz Diretor de Fórum da Comarca de Guarapuava, Dr. Mário Borges da Silva, pela comemoração dos 130 anos de criação da Comarca de Guarapuava, no próximo dia 30 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, "VOTOS DE CONGRATULAÇÕES" e manifestações de regozijo, pela passagem do 72º Aniversário de Fundação do promissor município de Teixeira Soares, a ser comemorado no dia 14 de julho vindouro, expressões essas que atribui ao Excelentíssimo Senhor João Inácio Roos, Digníssimo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Luiz Vascoski, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal e Excelentíssima Senhora, Doutora Eulália Nalevaiko, Meritíssima Juíza de Direito daquele Município.

Desta decisão REQUER, ainda, seja dada ciência, àquelas autoridades, através da

Prefeitura Municipal, situada à Praça Getúlio Vargas nº 11 - Teixeira Soares- PR.
Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ensejando esta magna data, em que o promissor município de Teixeira Soares comemora o seu 72º aniversário de Fundação, não poderíamos deixar de registrar nesta Casa de Leis a nossa homenagem às autoridades e à população local, bem como o nosso profundo reconhecimento pela significativa contribuição emprestada ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado, a par da efetiva representatividade no contexto paranaense, reflexos do trabalho e dedicação de seu povo que, levantando a bandeira do progresso, fizeram Teixeira Soares um dos importantes municípios que integram o nosso Estado.

Assim, é oportuno que transcrevamos aqui, uma síntese da sua História, que em si confunde-se à própria História do Paraná, feita de lutas e da bravura da sua gente.

Fundado pela Lei nº 1.696, de 26 de março de 1917, sua instalação deu-se a 14 de julho do mesmo ano.

A penetração por civilizados no território do então município de Teixeira Soares foi feita por tropeiros, a partir da segunda metade do século passado, procedentes do Sul do Estado do Paraná e outros Estados vizinhos.

Ressalte-se que o primeiro morador da localidade foi o paulista JOÃO AUGUSTO que fixou residência no ano de 1890. Logo a seguir foi o Sr. JOÃO BERNARDES, também procedente de São Paulo.

Já em 1896 chegaram à localidade outros moradores como: HORÁCIO NUNES e JOAQUIM NEVES, pois então já, na época se achava em construção a estrada de Ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul, e bem assim a Estação Ferroviária que seria localizada, como foi, na localidade Vila Valinhos, então sede do Distrito do extinto município de Entre Rios. Os quatro moradores se estabeleceram na localidade denominada Boa Vista (foi a primeira designação do Município) e por saberem a passagem da Estrada de Ferro pela localidade e que seria importante fator de progresso, cooperando com o grande empreendimento para isso, os mesmos ofereceram terras de suas propriedades à Estrada de Ferro, para que a sua Estação fosse construída na incipiente povoação de "Boa Vista", o que foi conseguido graças à colaboração da figura notável do Doutor Andrade Pinto, sendo inaugurada a Estação de Boa Vista a 1º de janeiro de 1900, o que passou a denominar-se "TEIXEIRA SOARES", em homenagem ao notável e distinto Engenheiro paranaense JOÃO TEIXEIRA SOARES, que até a presente

data é considerada uma das glórias da Engenharia Nacional.

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício à Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Paraná, solicitando que seja encaminhado a esta Casa, mais precisamente, ao Bloco Parlamentar Agropecuário, o resultado das análises e exames laboratoriais, efetuados na carne importada a que recentemente foi desembarcada no Porto de Paranaguá, neste Estado.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Há poucos dias, por proposta do Bloco Parlamentar Agropecuário e a APS - Associação Paranaense de Suinocultores, 36 Deputados desta Casa assinaram um documento, donde consta extensa pauta de reivindicações do setor suinícola paranaense, além de moção de repúdio às importações de carne suína.

Naquela oportunidade, foi levantada a suspeita de que a carne importada da Finlândia, pudesse estar contaminada por radiações provenientes do recente desastre nuclear de Chernobil.

Como a carne importada já chegou ao Paraná, via Porto de Paranaguá, e consoante ao fato de que o Ministério da Agricultura coletou amostras e as enviou para verificação de contaminação por radiotividade, entendemos ser procedente nosso requerimento.

A atividade do MA em proceder aos referidos exames comprova a validade da suspeita levantada pelos Deputados e entidades de classe.

Para subsidiar o acompanhamento da questão, por esta Assembléia Legislativa, mister se faz necessário que tenhamos em mãos os resultados dos citados exames.

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche Menino Jesus de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Menino Jesus de Campo Mourão é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no

atendimento de pessoas carentes de Campo Mourão. Porém por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita, atualmente, de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1370

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para Creche Alan Kardek de Peabiru.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Alan Kardek de Peabiru é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no atendimento de pessoas carentes de Peabiru.

Porém por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita, atualmente, de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de tomada de providências urgentes para o reequipamento da Delegacia de Polícia de Sarandi, providenciando recursos humanos (pessoal especializado) e recursos materiais (viaturas) para que possa ser coibida a violência que vem se verificando naquela cidade e circunvizinhas.

A população da Região se encontra totalmente desprotegida e em pânico ante a onda de assaltos, arrambamentos, crimes violentos e toda a sorte de violência que vem ocorrendo cada vez em maior escala, dada à falta de recursos disponíveis pela polícia local, que desaparelhada não tem condições evidentemente, de reprimir tais fatos.

Requeiro ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Hélio Gremes Pereira, DD. Prefeito Municipal de Sarandi, ao Delegado Leonil Cunha da 9ª SDP de Maringá, ao Delegado Lineu Daros da Delegacia de Sarandi e ao Tenente-Coronel Aparício Paes, Comandante do 4º BPM de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1371

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Creche Alan Kardek de Peabiru.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Alan Kardek de Peabiru é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no atendimento de pessoas carentes de Peabiru.

Porém por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita, atualmente, de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1372

Senhor Presidente

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para Creche Menino Jesus de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.06.89

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Menino Jesus de Campo Mourão é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no atendimento de pessoas carentes de Campo Mourão. Porém por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita, atualmente, de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1360

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORGE HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município de Maringá ao município de Astorga.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que é pequena a distância que liga os dois Municípios, favorecendo o deslocamento dos munícipes, porém, em dias

chuvosos a rodovia fica intransitável, provocando um descontentamento geral por parte dos moradores da região, principalmente os moradores de distrito de Tupinambá.

A pavimentação dessa rodovia irá beneficiar os moradores, que terão melhores condições de escoamento da produção agrícola, o que certamente irá reativar o progresso e a qualidade de vida da população local.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1361

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor/Geral do DNER/PR., Dr. TOYOSHI SAKAI, solicitando estudos para a colocação de um redutor de velocidade (quebra-molas) na Rodovia BR-376, acesso ao distrito de Iguatemi, município de Maringá.

Tendo em vista os inúmeros acidentes e face ao expressivo número de atropelamentos verificados no local, tal medida é sem dúvida alguma, de extrema necessidade e importância, pois é muito grande o contingente populacional do Distrito de Iguatemi, e que não tem qualquer forma de proteção ao circular por aquela rodovia, e viria de encontro a uma antiga reivindicação daquela laboriosa comunidade.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1363

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA, Digníssimo Ministro da Educação, solicitando gestões para a implantação de uma Escola Técnica Federal, no município de Maringá, que ofereça cursos de Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica.

O pedido em tela encontra guarida tendo em vista o vertiginoso progresso apresentado pelo município de Maringá, que se encontra localizado em região geográfica extremamente privilegiada e, como decorrência natural polariza um vasto rol de Municípios.

Sendo um dos maiores centros produtores da Região Sul do Brasil, contando com grandes empreendimentos nas áreas comercial, industrial e agropecuária, Maringá ainda permanece deficiente em muitos setores da atuação humana.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1364

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Dr. JOSÉ MOACIR FAVETT - Mui Digno Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná, solicitando a implantação de um posto de atendimento da Polícia Federal em Maringá.

Maringá polariza um grande número de Municípios, congregando comunidades que necessitam contar com um posto de atendimento da Polícia Federal, que será de grande valia, e virá de encontro às aspirações dos moradores da região noroeste do Estado, prestando um serviço aos interessados à naturalização, na requisição de segundas vias ou novas carteiras de identificação, repasse de cédulas de identidade e documentos em geral, já que é significativo o número de estrangeiros radicados na Região.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) JOSÉ ALVES

PROJETO DE LEI N° 162/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1° - Fica criado o município de MERCEDES, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

"Inicia-se no Lago de Itaipu (Rio Paraná) confrontando-se com a República do Paraguai até a embocadura do Lago de Itaipu (Rio Guaçu); da embocadura do Lago de Itaipu (Rio Guaçu) até o término do Lago de Itaipu (Lago Guaçu) confrontando-se com o Município de Guaíra e Terra Roxa; do término do Lago de Itaipu (Rio Guaçu) ao ponto de embocadura do Lageado Guavirá à montante do Rio Guaçu confrontando-se com o município de Terra Roxa e Nova Santa Rosa; do ponto da embocadura do Lageado Guavirá no Rio Guaçu ao ponto de embocadura do Lageado Mercedes à montante do Lageado Guavirá confrontando-se com o Distrito de Novo Três Passos; do ponto de embocadura do Lageado Mercedes no Lageado Guavirá ao ponto de divisa entre os lotes rurais: Lote 25 do 28° perímetro e o lote 24 do 28° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) à montante do Lageado Mercedes confrontando-se com o Distrito de Novo Três Passos; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 25 e 49 do 28° perímetro e os lotes 24, 23, 22, 21, 19, 18, 17, 16 do 28° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: 15 do 28° perímetro e o lote 16 do 28° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até a Sanga São Luiz; segue a

montante pela Sanga São Luiz à nascente da mesma (Lote rural n° 13 do 28° perímetro) confrontando-se com o Distrito de Novo Horizonte; da nascente da Sanga São Luiz, segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 13 do perímetro e o lote 113 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); por linha seca entre os lotes rurais: lote 12 do 28° perímetro e o lote 113 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); até o ponto que corta o Lageado 17 de Setembro; deste ponto segue a jusante até o ponto de embocadura da Sanga Martin confrontando-se com o Distrito de Novo Horizonte; do ponto que a Sanga Martin emborça no Lageado 17 de Setembro segue à montante pela Sanga Martin até encontrar a linha divisória dos lotes rurais: lote 140 do 18° perímetro e o lote 35 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 140, 139, 138 do 18° perímetro e o lote 135 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 138 e 168 do 18° perímetro e o lote 69 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até encontrar o ponto que corta o Lageado Belmonte; segue a jusante no Lageado Belmonte até a linha divisória dos lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), a linha corta a Sanga 27 de Setembro; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 10 e 56 do 42° perímetro e os lotes 9 e 59 do 42° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), até encontrar o ponto que corta o Arroio São Luiz; confrontando-se com o Distrito de Novo Horizonte; segue a jusante do Arroio São Luiz até o Lago de Itaipu (Arroio São Luiz) confrontando-se com o Distrito de Porto Mendes; deste ponto segue pelo Lago de Itaipu (Arroio São Luiz) à jusante até o ponto de embocadura no Lago de Itaipu (Rio Paraná), ponto de início, confrontando-se com o Distrito de Porto Mendes, ponto Inicial e Final.

Art. 2° - Anexo ao Projeto, Memorial Descritivo e respectivo Mapa do Perímetro Urbano da futura área.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(aa) GERNOTE KIRINUS
WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O encaminhamento reivindicatório para a emancipação do atual distrito de NOVA MERCEDES, fundamenta-se no progresso alcançado ao longo do espaço de tempo desde a sua formação como Vila, passando à cate-

goria de Distrito Administrativo e Judiciário pela lei Estadual n° 4668 em 31/12/62, passando mais tarde a denominar-se NOVA MERCEDES, através da Lei n° 5.645 de 03/10/67.

Desde então, contando com uma população voltada para o trabalho agropecuário em sua essência, proporcionou um desenvolvimento crescente e gradativo, sendo que hoje o Distrito conta com infra-estrutura que atende a todos os setores e segmentos da sociedade. Conta com rede de energia elétrica, iluminação pública, rede de telefonia (DDD e DDI), estabelecimentos de ensino de 1° e 2° graus. Entrepósitos das Cooperativas COTIA, COOPAGRIL e entreposto de compras da SADIA. Um hospital, clínicas médicas e odontológicas além de posto avançado do Banco do Brasil e uma agência bancária. Um mini ginásio de esportes com capacidade para duas mil pessoas e uma indústria de fécula de mandioca. Tudo isso representa o avanço e a prosperidade de uma população, persistindo o espírito de transformações que objetiva a emancipação da localidade. Um desafio que representa um esforço voltado para o futuro. Um futuro delineado na luta e união de uma coletividade que prepara o amanhã com trabalho e desenvolvimento, ferramentas usadas no presente de lutas e esperanças.

PROJETO DE LEI N° 163/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública o "Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba", com sede e foro, nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba, localizada no município de Curitiba, foi constituída com a finalidade de congregar entidades de prestação de serviços sociais assistenciais e promocionais; propiciar a integração do Trabalho Social em planejamentos, estimular a criação e a dinamização de serviços sociais, estimular e promover o trabalho do voluntariado junto às instituições na área do bem-estar social.

Encontra-se devidamente legalizada no 1° Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Registros e Títulos e Documentos, sob número de ordem 583187, protocolado sob número de ordem 11737, do livro "A"-8, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Por essas razões, esperamos o devido

apoio dos nobres Pares, pela aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 157/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Resolução nºs 32/89 e 35/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados: 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA E OUTROS, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Magistratura e Ministério Público. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 32/89, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que atribui gratificação de verba de representação a funcionários deste Poder, conforme especifica. Aprovado.

O SENHOR ERONDY SILVERIO (Pela ordem) - Eu requeiro verificação de votação.

O SENHOR GERNOTE KIRINUS (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

O SENHOR GERNOTE KIRINUS (Pela ordem) - Declino, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury)

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº

35/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS E OUTROS, que dispõe sobre a remuneração dos servidores que prestam serviços nos gabinetes parlamentares, e dá outras providências. Aprovado.

O SENHOR LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Gostaria de manifestar o meu voto contrário a este projeto.

O SENHOR PEDRO TONELLI - Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 4ª discussão do Projeto de Lei nº 131/89... 131/89...

O SENHOR PEDRO TONELLI - Eu requeiro verificação de votação da matéria anterior, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria já é matéria vencida, nobre Deputado. Aliás, foi votado duas vezes o projeto.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que atribui gratificação de Responsabilidade Técnica aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos inativos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SENHOR FERRARI JÚNIOR (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação a V. Exa., Deputado Anibal Khury.

Nós acabamos de aprovar em 3ª discussão um Projeto de Resolução nº 35/89, que cria o símbolo para os servidores dos gabinetes parlamentares que não são funcionários efetivos desta Casa e têm esses funcionários já uma responsabilidade muito grande, enquanto o cidadão é Deputado ele é funcionário, se amanhã o cidadão não concorrer ou perder a eleição esse funcionário deixa de existir. Eu não tenho nenhum problema em solicitar à direção da Casa que coloque à disposição do meu gabinete exatamente aquilo que prevê a lei, para tanto votei e não tenho nenhum constrangimento em solicitar isto. Contudo, alguns Deputados desta Casa se manifestam contrários a esta lei, acham que é um absurdo e que não deve acontecer. Então, eu solicito a V. Exa. que baixe um ato da Mesa Executiva, que o Deputado que

pretender utilizar-se desta lei em seu gabinete, esta lei já aprovada, que faça um requerimento por escrito a V.Exa., solicitando a liberação desse numerário para os seus funcionários, inclusive os gabinetes de Lideranças.

Aquele Deputado que entender, que não deveria existir esta lei, que é uma despesa, poderia ficar constrangido se V.Exa. destinasse a ele esses cargos, não iria utilizar ou seria uma despesa inútil para a Assembléia Legislativa.

Então V. Exa. determina, todos os Deputados que quiserem, que façam um requerimento por escrito, inclusive os gabinetes de Liderança.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de V.Exa. será apreciado pela Comissão Executiva.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela ordem) - Da mesma forma quero me manifestar, no sentido do raciocínio e da exposição feita pelo Deputado Ferrari Júnior.

Eu tenho para mim que, com esse novo sistema poderei até talvez melhorar os salários dos funcionários do meu gabinete, razão por quê seria constrangedor se manifestar contrário com uma coisa que pudessem, porque a idéia sempre foi essa, ter a disponibilidade de você fazer com que a remuneração dos seus assessores sejam flexíveis.

Assessor de melhor nível, de melhor salário e fazer a distribuição de acordo com a vontade do Parlamentar.

Agora eu quero deixar bem claro uma coisa: a minha vontade não é de receber esse dinheiro no meu gabinete, esse é um dinheiro que fica à disposição do Parlamentar que indica o funcionário e diz: este funcionário do gabinete do Deputado Nereu Massignan, pela qual ele faz o ofício e indica, vai receber dois símbolos "g" NCz\$ 700,00 e a Assembléia vai pagar.

Longe de nós todos Parlamentares termos à disposição no gabinete.

Não é esse o sentido do projeto de resolução.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO (Pela ordem)

- Eu quero manifestar também a minha opinião, e acredito, dos Deputados da nossa Bancada o PFL, é a mesma opinião, da proposição do Deputado Ferrari Júnior.

Realmente, o recurso fica à disposição do gabinete para indicação dos ocupantes dos cargos, de acordo com a lei um, dois ou três, já que fica extinto, passa a ser possível desta maneira o Parlamentar remunerar o seu servidor de acordo com a capacidade de trabalho que ele tem e com a im-

portância que ele tem para o seu gabinete.

Eu acredito que todos nós vamos nos livrar da figura do fantasma, que as vezes tinha que ser necessário, para você poder renumerar bem o servidor de seu gabinete, você teria que colocar num outro cargo o nome de um dos seus familiares e isso cria realmente uma situação constrangedora para todos nós.

Com essa oportunidade eu acho que nós vamos requerer e esse benefício será entregue diretamente ao servidor e aquele, como já foi dito, aquele que acha que o recurso é demais, como a gente vê algumas das manifestações até demagógicas, eu acho que ele fica dispensado, ele não quer, ele não requer.

Esse é o meu pensamento.

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber do Presidente, se foi colocado em votação a emenda que apresentei ao projeto que estamos discutindo ou pelo menos encaminhada pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda foi transformada, juntamente, com as outras emendas em Projeto à parte.

O SR. PAULINO DELAZERI - Pois bem Presidente, quero esclarecer a esta Casa, que apresentei uma emenda exatamente regulamentando que os recursos fossem percebidos pelos funcionários e deveria haver uma nomeação por parte do Deputado e não receber a massa salarial no gabinete, mas sim indicar funcionários e a contrariedade do projeto que não explicitava isto, para mim era nesse sentido e por isso apresentei a emenda e que Vossa Excelência transformou em objeto de lei que desejo ver efetivado e neste projeto de lei que aprovamos hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. pode ficar tranqüilo que a Mesa só designará os funcionários para os gabinetes, sendo indicados pelos Deputados e pagos diretamente pelos cofres da Assembléia.

O SR. SABINO CAMPOS - Sr. Presidente, eu entendo desde o momento em que vimos o projeto, por aquilo que constava no corpo da Ordem do Dia, se não me falha a memória de anteontem, que dizia que fica à disposição dos gabinetes dez símbolos G, para que os Srs. Deputados indiquem o pagamento a seus funcionários que pode ser o símbolo 1G, pode ser 2G e pode ser no máximo 3G para cada um deles.

Eu, desde o primeiro momento, entendi que seria para o pagamento dos funcionários e que eles receberão da Assembléia.

Eu acho que se alguém pensa diferente

é porque está pensando talvez diferentemente hoje. Mas, entendi o projeto desde o início, que seria para o pagamento, dá para pagar no máximo 10 funcionários e no mínimo 4 funcionários, utilizando o mínimo e o máximo desses 10 símbolos G.

Obrigado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, quero fazer uma intervenção, com todo o respeito à Mesa Executiva e a este Plenário, mas quero fazer uma sugestão que eu acho que a Mesa Executiva deve se reunir com as lideranças das bancadas dos Partidos aqui representados neste Plenário para fazer a definição principalmente na condução dos trabalhos desta Assembléia.

Nós temos sentido e visto uma insatisfação muito grande, às vezes pela condução da própria Presidência e às vezes pelos próprios Srs. Deputados de Plenário.

Eu acho que deve ser, Sr. Presidente, porque tem hora, nós o conhecemos há muito tempo e a amizade que dedicamos e o respeito que temos por V.Exa., mas às vezes V.Exa. toma as medidas autoritárias e V.Exa. que já foi vítima de um ato autoritário nesta Assembléia Legislativa...

Então, nós pedimos a V.Exa. uma reunião da Mesa Executiva com as lideranças de todos os partidos aqui representados para entrarem num entendimento de condução dos trabalhos, porque uma Emenda às vezes apresentada ela é transformada em projeto, quando não interessa talvez ao Partido do Governo. Quando ela interessa ela é jogada para votação.

Então nós não estamos entendendo mais a condução deste Parlamento. Está virando uma situação constrangedora para nós que somos assíduos aqui neste Parlamento.

Por isso faço esta sugestão a todos os líderes, reunindo com a Comissão Executiva e determinar como é que nós vamos; se vamos encarar, vamos respeitar o Regimento Interno desta Assembléia ou vamos criar um outro, porque da maneira que está eu estou vendo cada vez mais este Parlamento desgastado por uma intransigência talvez do Plenário, talvez da Mesa.

Então nós precisamos encontrar um denominador comum para podermos conseguir resgatar a moralidade, a honorabilidade deste Parlamento.

Era esta a minha sugestão. Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) -

Ilustre Presidente Aníbal Khury, um parlamentar que atua nesta Assembléia Legislativa há tantos anos e que no nosso modo de entender tem sempre pautado a sua conduta com muita dignidade, com muito esmero, decidindo sempre de acordo com o Re-

gimento Interno desta Casa.

Nós muitas vezes, ilustre Presidente, temos até, no calor dos debates, discordado de algumas decisões de V.Exa., mas que depois vamos ao gabinete estudar o Regimento Interno e sentimos que V.Exa. sempre tem decidido com muita correção. E por isso nós gostaríamos neste momento de deixar claro a esta Assembléia que achamos nós, penso eu, toda a minha Bancada, toda a Bancada do PMDB, que V.Exa. tem sido um emérito julgador, tem julgado sempre de acordo com a lei, embasado no Regimento Interno e, por isso, nós queremos esclarecer a esta Assembléia que esta é a intenção, a conduta e o pensamento de nossa Bancada.

Muito Obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu quero manifestar a minha opinião também favorável ao Projeto de Resolução que acabamos de discutir nas sessões anteriores e votar, dando uma nova estruturação aos gabinetes parlamentares.

Parece-me que a idéia do Deputado Ferrari Júnior é excelente, mas o texto original da Resolução já leva à mesma conclusão quando diz que os cargos estão à disposição dos Parlamentares. Isto significa que obviamente terá que haver requerimento de Parlamentar indicando quais as pessoas que ocuparão esses cargos.

Agora, é bom que se esclareça até para evitar mal entendido aí fora de que esses funcionários serão indicados e serão pagos pela Assembléia. Não haverá dinheiro da Assembléia vindo para o Deputado e o Deputado repassando para funcionários, e nem seria possível porque não haveria como prestar contas depois ao Tribunal de Contas, e também me parece importante que haja essa obrigatoriedade que, no meu modo de ver, já está no Projeto de Resolução de que quem quiser preencher, requer para evitar aqueles casos de aproveitamento de imprensa e notícia em jornal, em que o Deputado lá fora diz que é contra e aqui na hora de votar ele diz que é contra, mas, aprovado, no dia seguinte está indicando e fazendo uso dos mesmos direitos.

Assim, pelo menos, ele tem condições de ser coerente do começo até o final.

Obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu insisto na minha proposição porque o Deputado que quiser fazer uso dessa lei que faça um requerimento por escrito à Mesa, inclusive os gabinetes de lideranças porque é justamente para combater o falso moralismo nesta Casa: tem gente que diz que é contra, vota contra, mas recebe. Então, quem é contra e vota contra

e é o moralista, não recebe, faz economia e deixa aí à disposição da Casa.

O SR. JOSÉ ALVES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o PTB se associa à idéia do Deputado Ferrari Júnior, e aqueles que acham ou que vão à imprensa, fazem a denúncia, se quiserem receber têm que fazer também o seu requerimento solicitando porque aqueles que denunciarem e acham que não devem ser assim procedido, talvez dispensarão e aí não terão a coragem de chegar a Vossa Excelência para receber essa importância que seria paga aos funcionários do seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia para dentro de 60 ou 90 dias no máximo a reformulação total da organização da Assembléia. Este Projeto de Resolução é o início, ele permite a flexibilização dos funcionários, dando àqueles com mais categoria uma melhor remuneração e entende que este Projeto vai resolver o problema dos gabinetes dos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a Lei nº 8.682/87 e adota outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência.- Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 34/89, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Alto Piquiri, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Brasilândia do Sul.- Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 89/88 (Mensagem nº 100/88 ex-Proposição nº 98/88), oriundo de Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por maioria, que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e com a interveniência de DER, com os municípios e datas que especificam, todos objetivando a execução das obras que especificam, do "Projeto Cura", nos referidos municípios. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 22/89 (Mensagem nº 49/89 ex-Proposição nº 35/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 16 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de Santo Antônio

do Caiuá e São Carlos do Ivaí, objetivando a execução de obras e serviços de controle da erosão urbana nos referidos municípios. (Inclua-se aqui o município de Cidade Gaúcha).- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 23/89 (Mensagem nº 21/89 ex-Proposição nº 22/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 29/11/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRAS S/A, vinculada ao Ministério dos Transportes, objetivando a realização de estudos da navegação nos rios Paranapanema e Tibagi.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 24/89 (Mensagem nº 48/89 ex-Proposição nº 34/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Trabalho e Ação Social, e os municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Produção de Alimentos em Panificação e do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis, Leite e Soja, Sucos e Sopas Cremosas.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 25/89 (Mensagem nº 13/89 ex-Proposição nº 15/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 08/11/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, e os que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos municípios que especifica. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 26/89 (Mensagem nº 18/89 ex-Proposição nº 20/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios de Auxílio Financeiro sob nº 1/88 a 11/88, celebrados em 07/03/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação, a Fundação Nacional do Índio - 1ª Região e, respectivamente os municípios de Cândido de Abreu, Guapirama, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Manoel Ribas, Ortigueira, Palmas, Paranaguá, Santa Amélia, São Jerônimo da Serra e Turvo, objetivando aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino à criança da Comunidade Indígena, de

1ª a 4ª séries do 1º grau nas Reservas Indígenas do Paraná. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 36/89 (Mensagem nº 57/89 ex-Proposição nº 43/89), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios de 1º de março de 1988, e termos aditivos datados de 29 de julho de 1988, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social, e os municípios que especifica, objetivando a implantação e manutenção dos serviços de assistência judiciária gratuita nos referidos municípios. - Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas um esclarecimento a esta Casa de que as emendas colocadas ontem ao Projeto de Resolução nº 32/89, foram retiradas porque houve um acordo hoje, pela manhã, com Vossa Excelência, com a Mesa Executiva da Assembléia, com as taquígrafas para que evidentemente num prazo de aproximadamente 60 dias, nós tenhamos aí, um quadro próprio das taquígrafas e já a reformulação que Vossa Excelência já anunciou dos demais quadros da própria Assembléia.

Desta maneira nós nos sentimos agradecidos pela maneira como a Executiva se portou nessa decisão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 1365, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1358, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1360, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1362, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1361, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1363, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1364, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1366, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1368, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1370, de autoria do Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1372, de autoria do Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1371, de autoria do Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1369, de autoria do Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1332, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, apenas para constar que a Bancada do PMDB tem conhecimento do teor desse requerimento e como o nosso Banestado através de seu Presidente, Diretoria e funcionários tem se conduzido de maneira de forma a não deixar dúvidas, nós não temos nenhum tipo de requerimento pedindo informações ao Banestado. Portanto, vai passar esse requerimento com o apoio da Bancada do PMDB que, para que se esclareça, não está omissa no caso.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está Aprovado o Requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã com a seguinte Ordem do Dia:

Antes, porém, a Mesa concede a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior para falar em explicações pessoais.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Serei breve.

Apenas gostaria de manifestar e de esclarecer o porquê do meu voto contrário nas três sessões últimas, da Assembléia Legislativa quanto a esse Projeto de Resolução nº 35/89. Em primeiro lugar é impraticável, Sr. Presidente, são dez cargos e todos nós Deputados, sabemos, que não há forma, não temos espaço físico para dez assessores de gabinete, nos nossos gabinetes e ainda mais, o décimo primeiro que é o Chefe de Gabinete. Nós não temos espaço

físico para isso. Por isso manifestei-me e votei contrariamente a esse Projeto de Resolução.

Respeito a decisão da Assembléia Legislativa do Paraná, mas, questiono, também, com relação àqueles meus funcionários atuais de gabinete. É claro que em não havendo espaço físico nos gabinetes parlamentares, para onze assessores, Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, primeiro Secretário na época em que nós ocupávamos a segunda secretaria, é testemunha de quase quinhentos funcionários fantasmas que nós mandamos embora deste Parlamento, desta Assembléia. Ao lado também do então Presidente, naquela época, Deputado Antônio Annibelli, que nos apoiou na iniciativa de não contratarmos ninguém, não inchamos os quadros da Assembléia. Então era esta a minha colocação. Precisamos valorizar aqueles que já estão aqui como os taquígrafos, as taquígrafas, os funcionários atuais e gostaria de parabenizar a Mesa da Assembléia Legislativa que anuncia que para 60 ou 90 dias teremos uma reorganização, uma reestruturação e uma maior valorização dos funcionários deste Poder.

Concedo o aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Nobre Deputado, Vossa Excelência está equivocada.

Inclusive se persistir no equívoco, poderá dar margem para que a imprensa mais uma vez, injustamente, venha a acusar este Parlamento e os Parlamentares.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Não. Esta não é minha intenção, nobre Deputado. De maneira alguma.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Porque quando Vossa Excelência diz que não tem espaço para dez funcionários, Vossa Excelência não entendeu o espírito do projeto de Resolução aprovado. São Dez "G", no valor de 350 cada. Isto significa que Vossa Excelência poderá contratar um advogado, um especialista, um jornalista, em seu gabinete, para acompanhar os seus trabalhos de Constituinte e destinar-lhe três "G", no máximo. Seria 1.050, cruzados. E poderá contratar um assessor menos qualificado por dois "G". Ou poderá contratar os dez "G" se Vossa Excelência quiser. Como Vossa Excelência vai manejar esta verba, estes "Gs", é Vossa Excelência que terá que definir, segundo as necessidades de sua atuação Parlamentar.

Há Deputados que dão preferência, na sua atuação parlamentar, em assistência social. Poderão então contratar quatro, colocar um com Vossa Excelência num "G" e ter quatro assistentes sociais, ou pessoas que fazem encaminhamento de doentes cor-

rendo pela cidade. Há Deputados que se primam em fazer uma atuação parlamentar mais maciça, mais condensada em cima da Constituinte e vão contratar técnicos. Portanto, não quer dizer que os dez "Gs" sejam dez funcionários. Este não é o espírito de nosso projeto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Apenas para encerrar gostaria de fazer a colocação de que me lembro de uma oportunidade em que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti queria uma assistente social, queria um pedagogo, queria um psicólogo, um advogado, um jornalista em cada gabinete. Naquele momento me manifestei contrário a este projeto. Por quê? Porque temos aqui, Deputado Kirinus, um corpo especializado de Procuradores na Assembléia Legislativa. Vossa Excelência fala em assistência social...quanto o Deputado Annibelli lutou para que tivéssemos um serviço de assistência social na Assembléia para atendimento a todos os Deputados.

Nós, que viemos agora para este Parlamento, entendemos que o objetivo e a função do Deputado é legislar. Não é servir de assistente social. Respeito a opinião dos nobres Pares e respeito a decisão da Assembléia Legislativa, mas quero que também respeitem o meu posicionamento contrário a este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 85/89, 131/89
3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 157/89 e dos Projetos de Resolução n°s 89/88, 22/89, 23/89, 24/89, 25/89, 26/89, 36/89

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dois dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Agricultura, para Sessão de Instalação, com a presença dos Senhores membros da mesma. Assumiu a Presidência, na forma regimental, o Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, que após verificar a existência de número legal declarou aberto os trabalhos, destinados à eleição de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, conforme disposto no Re-

gimento Interno desta Assembléia Legislativa. Foram indicados os nomes dos Senhores Deputados Sabino Campos para a Presidência e do Senhor Deputado Antônio Costenaro para Vice-Presidente, os quais foram eleitos por unanimidade. O Senhor Deputado Sabino Campos, já na qualidade de Presidente eleito, fez uso da palavra para agradecer a confiança nele depositada por todos os membros da Comissão. O senhor Deputado Antônio Costenaro na qualidade de Vice-Presidente eleito, também fez uso da palavra agradecendo a todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Rubens

Brener, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados membros da Comissão, e, por mim, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO

Vice-Presidente

DIRCEU MANFRINATO

ORLANDO PESSUZZI

LUIZ ANTONIO SETTI

QUIELSE CRISÓSTOMO

NELSON VASCONCELLOS

RUBENS BRENER- Secretário